

O CONCEITO DE SABER NA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA DE MICHEL FOUCAULT

Felipe LUIZ¹

RESUMO

A década de 70 viu uma mudança teórica operar-se no pensamento de Foucault. Suas preocupações teóricas ganham outro matiz: ele passa a investigar as relações entre saber e poder ao problematizar ambos e mostrar como um não exclui o outro, mas que, muito ao contrário dos sonhos dourados dos positivistas, o saber não só não é neutro como ele gera relações de poder e este, em seu funcionamento o mais instintivo, necessita e engendra saber. Foucault nomeia estas elaborações teóricas de uma série de modos, como analítica do poder ou política da verdade. Contudo, desde nossa leitura, o nome o mais adequado é *epistemologia política*. O objetivo deste curto ensaio é mostrar como Foucault erigiu estas análises por meio de um instrumental teórico nietzscheano, tendo como o cerne fundante a noção de saber ou de conhecimento, e como este conceito articula todos os demais neste intento histórico-filosófico.

Palavras-chave: Foucault, epistemologia política, saber

Introdução

Em 1969 M. Foucault publica *A arqueologia do saber*, densas páginas que sistematizam o método chamado arqueologia que ele até então se valera em suas elaborações teóricas. Em três linhas, podemos dizer que a arqueologia é um método de pesquisa de história do pensamento e congêneres, que busca desvelar e descrever as

¹ Bolsista PIBIC/CNPq, cursa o 4º ano do Bacharel em Filosofia na UNESP-Marília, sendo orientado por Ricardo Monteagudo, do departamento de Filosofia da UNESP- Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências – 17525-900-Marília-SP

formações discursivas, constitutivas de discursos, grupos articulados de enunciados, que são, por sua vez, acontecimentos, ou seja, são singulares — têm seu tempo e seu espaço. Como se sabe, discurso é o saber enquanto matéria, quer-se dizer, a manifestação física do saber: a escrita, a fala. O enunciado é o nome das partes constitutivas do discurso.

A partir de duas hipóteses, Foucault obra, logo no início da década de 70, uma transformação teórica marcada pela politização do campo do saber e pela epistemologização das relações de poder. Este movimento hipotético servirá de anteparo ou de base originária para aquilo que denominamos, no interior da pesquisa que estamos a empreender, de *epistemologia política*.

A primeira hipótese - filha direta de Nietzsche - é formulada por Foucault em uma série de conferências que compõem *A verdade e as formas jurídicas*, de 1973. Nela, ele tomará que o mais essencial do saber, do conhecimento, é o fato de ele ser fundado por e ser, ele mesmo, uma relação de poder. Com um longo alcance teórico, será esta hipótese que servirá de base para toda a produção teórica subsequente de Foucault, dando-lhe assento não só para o objeto seccionado das pesquisas mas também para o método.

A segunda hipótese consta na aula inaugural de Foucault no *Collège de France*, 1970. De acordo com ela, o discurso não é livre pois há toda uma série de mecanismos de produção e circulação que controlam a existência do discurso, buscando enquadrá-lo.

Portanto, um saber que é resultado e que engendra relações de poder por um lado e que se vê, de outro, posto em um rigoroso regime de circulação e produção. É este saber, e são estes regimes, enfim, esta *economia política do discurso*, do *saber* e da *verdade* que ora analisaremos, tentando expor, salientando, contudo, que é o conceito de saber que permite a M. Foucault as elaborações posteriores.

Ontologia do saber

Chamamos de ontologia de saber três coisas: um conceito de saber ou conhecimento; um conceito de ordem do discurso, e, por extensão, ordem do saber; e um conceito de regime de verdade.

O conceito de saber de Foucault empreende, antes de qualquer coisa, uma contraposição radical a toda uma tradição filosófica principiada já na Grécia. Já Aristóteles considerava que é próprio ao homem o desejo de conhecer, e associava o ato mesmo de conhecer com o prazer: o conhecimento seria como que um instinto, tão natural quanto se alimentar (ARISTÓTELES, 1979). Disto decorre que, sendo o conhecer natural, também o são o conhecimento, os objetos e os sujeitos: todos tomados como dados, de modo que a história do conhecimento e do que lhe é contíguo nada mais seria senão a argúcia de observar o movimento que leva do mais simples ao mais complexo. As coisas adequam-se ao conhecimento dado haver uma continuidade entre ambos; o conhecimento reconhece-se nas coisas e vice-versa. O sujeito é, além disso, uma perfeita unidade soberana. Afinal, os instintos e o conhecimento completam-se, um conduzindo o outro.

Foucault discorda: se o conhecimento é fruto da astúcia, é aquela da batalha que o inventou. A partir de Nietzsche, M. Foucault defende que o conhecimento é uma *Erfindung, invenção*, um invento de animais inteligentes. Ao invento contrapõe-se aquilo quem tem uma origem — *Ursprung* —, quer dizer, um fundamento originário metafísico, supra-histórico, cujo destino é repetir perpetuamente sua essência, seu *eidos* dado desde a aurora dos dias. A partir desta negação do caráter natural do conhecimento decorre todo o restante das concepções de Foucault.

Ser um invento. Quer dizer, vir a existir: o conhecimento, como toda a invenção, tem um tempo e um lugar que lhe são próprios, um ponto de surgimento. Ser um invento: o conhecimento tem uma origem mesquinha. Ocorre que toda invenção é uma ruptura com o que até então se dava: ela instaura o novo. E o que a engendra é sempre um motivo que busca esconder-se: uma maldade ou mesquinharia. É Por isso que, de acordo com Foucault, Nietzsche busca, sobretudo, contrapor-se a Spinoza ao caracterizar o conhecimento. Não à toa; Spinoza é como que o cume de uma tradição. O filósofo neerlandês da imanência

considera que somente é possível o conhecimento quando se evita rir, deplorar ou odiar o objeto: o conhecimento é a candura que comunica as coisas com o cristalino de sua verdade; ele é como que um afeto distinto que acolhe o objeto em sua pureza maculada pelas más relações, amando-o tal qual ele se dá.

Nietzsche diz não, antes preferindo situar o conhecimento no mundo dos homens, longe de qualquer paraíso metafísico: para Nietzsche, o conhecimento é fruto dos instintos, mais exatamente, da batalha entre os instintos: o conhecimento tem a ver com a guerra. Sem nenhum romantismo, ele toma que o conhecimento é o resultado da luta entre os três instintos, as três más relações apontadas por Spinoza como contra-epistêmicas: rir, deplorar e odiar. A partir de uma trégua precária entre estes instintos em luta, um dia o homem pôde conhecer.

O conhecimento, contra-instintivo e contra-natural, tem como objetivo dominar as coisas. Foucault: “é contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar” (FOUCAULT, 2009, p. 18). Como nada o liga à natureza, entre o conhecimento e as coisas não há continuidade, mas uma diferença; as coisas não existem para serem conhecidas. O conhecimento é um vergar das coisas, uma relação insidiosa que busca nada mais senão, em último caso, destruí-las, pois é o rir das coisas, o desprezo por elas e o ódio que funda o conhecimento: ele as quer dominar.

Sendo em fundamento marcado pela guerra, o sujeito de conhecimento vê-se em destroços no interior desta posição. Os instintos lutam entre si e o conhecimento decorre desta luta: a este conjunto chama-se sujeito. Ora, então não há nenhum sujeito uno, pois a unidade não tem partes – Platão já o sabia muito bem. Disto, ou há sujeitos ou não há sujeito possível. Do mesmo modo, deus é expulso do coração das coisas; ainda Kant garantia o conhecimento através do recurso à existência do divino; mas um conhecimento que não é a continuação suave das coisas, e sim a força que as busca submeter, e uma natureza que não tem em si a predisposição ao conhecimento, mas que só se dá a conhecer quando dominada: este saber e esta natureza são desdivinizadas.

Todo conhecimento é perspectivo, generalizante e particular, simultaneamente. Perspectivo, pois dá-se em uma batalha e pela batalha: todo conhecimento é uma relação estratégica. Generalizante dado que ele esquematiza as coisas, tanto pior sem nenhum fundamento. Particular já que o conhecimento é como que um duelo: luta singular do homem com o objeto que ele quer dominar.

Ordem do discurso

Em suma, o saber é poder: fruto de relações de luta, gerador de relações de poder, instrumento de guerra, meio de dominação, etc. O saber é uma maldade contra as coisas. O saber, dirá Foucault em suma, “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2007, p. 28).

Deve-se notar, no entanto, que até agora consideramos o saber em si — e com isto deve-se entender que não o situamos em suas condições de circulação e de produção, mas somente naquilo que o caracteriza precisamente enquanto saber: demos seu conceito, pois. Entretanto, o saber, justamente por ser invenção, é também produção e circulação. É deste regime, desta economia, desta ordem que hora trataremos.

O que há de novidade na aula inaugural, *A ordem do discurso*, é a hipótese que já dissemos, mas não só. A primeira, principal e mais importante hipótese consta logo nas primeiras páginas:

(...) suponho que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (FOUCAULT, 2005, p. 9).

Há outra hipótese também importante que, contudo, é como que mera antecipação daquela constante em *A verdade e as formas jurídicas* que não é desenvolvida e

fundamentada por Foucault tal qual lá. Trata-se de considerar que o discurso não é neutro, não é desinteressado, mas está vinculado ao poder e ao desejo. Não como quer a psicanálise: pois o discurso não apenas manifesta ou esconde desejo: é objeto de desejo. Tampouco é um discurso que somente descreva ou traduza as lutas, as batalhas e as dominações: é objeto de luta, luta-se para dominar o discurso.

Da primeira hipótese, uma série de conclusões. Há uma ordem do discurso, um regime discursivo que seleciona “quais discursos”: controle da produção, circulação e aplicação do discurso. No campo discursivo há, portanto, procedimentos de controle, os quais Foucault divide em internos e externos. Como estes últimos darão ensejo para a teorização de um regime de verdade, abordemos, em primeiro lugar, os procedimentos internos de controle.

Os procedimentos internos de controle são exercidos pelos discursos sobre si mesmos, funcionando, marcadamente, “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, p. 21, 2005). Foucault passa, então, a considerar diversos procedimentos, os quais citaremos de maneira quase sumária, dividindo-os, contudo, em princípios de *coerção* e de *rarefação*.

Procedimentos de coerção: são os procedimentos de controle da aparição do discurso, quer dizer, que fixam regras de surgimento e significação. O *comentário*: desnível entre os discursos que são proferidos e desaparecem e aqueles que são permanentes, quer dizer, que duram além de sua enunciação; estes dão ensejo a textos segundos, discursos que se acumulam sobre outros discursos e cuja novidade “não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, p. 26, 2005), portanto, limitar o acontecimento ocasional do discurso por meio da repetição do mesmo. O *autor*: este entendido como princípio de coerência, significação e agrupamento do discurso; ainda que móvel ao longo da história, nas sociedades contemporâneas o autor cumpre a precisa função de reduzir a multiplicidade do discurso à forma identitária do eu. A *disciplina*: trata-se de um corpo de proposições, regras, técnicas e métodos constitutivos de uma sistematicidade anônima; esta

relação de sistema permite que se agrupe tudo que pode ser dito de verdadeiro ou aceito sobre determinada coisa; a disciplina determina uma série de princípios restritivos (objetos, técnicas, conceitos, instrumentos) que, por sua vez, determinarão a pertinência ou não de uma proposição a si: “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, p. 36, 2005).

Procedimentos de rarefação dos sujeitos: são aqueles que controlam não tanto as condições de aparecimento do discurso, mas, sim, de sua circulação, de funcionamento dos discursos. *Ritual:* qualificação dos sujeitos que falam, quer dizer, prescrição de posições, gestos, comportamentos e fixação dos efeitos que cada discurso terá. *Sociedades do discurso:* “cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras restritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição” (FOUCAULT, p. 39, 2005). *Rituais da palavra:* trata-se de sociedades do discurso difusas, mais amplas, cuja função é também produzir discursos, mas de forma a não permitir a sua permutabilidade: são funções, como o escritor e o sistema que o apóia, ou formas prescritas ao discurso, como a do segredo técnico. *Grupos doutrinários:* se eles assemelham-se à disciplina pelas condições que exige (verdades comuns e regras de conformidade com os discursos válidos), a doutrina questiona o sujeito que fala a partir do enunciado, excluindo todo conteúdo inassimilável como heresia, justificando-se a partir da ortodoxia; o sujeito que fala, carrega o sinal de uma pertença prévia, que a doutrina questiona também. *Apropriações sociais:* trata-se da “maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, p. 44, 2005).

Regime de verdade

A primeira hipótese da *Ordem do discurso* é a de que existem procedimentos externos de controle do discurso, os procedimentos de exclusão. Aquele que Foucault aborda mais detalhadamente chama-se *vontade de verdade*, mas há outros, como a *interdição* e a *separação/rejeição*. *Interdição:* restrição de enunciação, quer dizer, “não se

tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, p. 9, 2005); três tipos principais de interdição: tabu do objeto, ritual da circunstância e privilégio ou exclusividade do sujeito que fala. *Separação/rejeição*: Foucault dá o exemplo do louco, que nada mais senão aquele cujo discurso não deve circular, quer dizer, cuja materialidade de seu discurso deve, ao mesmo tempo ser seccionada das demais, rejeitada em um aparato de saber, constituído de uma rede de instituições que escutam esse discurso, e lhe retira os poderes.

Mas é a *vontade de verdade* que mais nos importa. Ela rege nossa vontade de saber desde o século VI a.C: desde Platão, mais exatamente. Olhado por dentro, um discurso verdadeiro ou falso não guarda semelhança com os demais procedimentos de exclusão, pois estes devem ser arbitrários e dotados de aporte institucional; mas vista de fora, a vontade de verdade se mostra como um procedimento de exclusão: histórico, arbitrário e institucionalmente apoiado. Institucionalmente apoiado, pois há os sistemas de livros, de edição, as bibliotecas, laboratórios, universidades, etc... Embora isto, o que reconduz a vontade de verdade é, sobretudo, a maneira pela qual uma sociedade aplica o saber: formas de valorização ou não, formas de distribuição de repartição, de atribuição. Encarada por estas vias, a vontade de verdade mostra-se como sistema de coerção: exerce, sobre os demais discursos, pressão e poder de coerção: os discursos buscam autorizar-se pelo discurso da verdade. Há séculos que a vontade de verdade só faz crescer; tanto é que outros procedimentos de exclusão – interdição, sujeição e rejeição – se orientam no sentido da vontade de verdade: esta os toma, os modifica, os reorienta, ao passo que ela mesma se fortalece e se torna, mais e mais, incontornável.

Histórico, porque remete ao surgimento da filosofia platônica, à separação entre poder e saber no Ocidente, ao fim do sofista e ao surgimento da distinção verdadeiro / falso, que dará “a forma geral de nossa vontade de saber”. É a partir da separação entre saber e poder e da distinção — instituída pela filosofia platônica e pelo saber das testemunhas, próprio à prática judiciária grega — entre verdadeiro e falso que nossa vontade de saber tomará a forma que tem até hoje; forma geral, que funcionou historicamente como procedimento de exclusão do discurso. Passou por diversas mudanças durante os séculos

que nos separam de Platão, de Aristóteles, etc, mas não deixou, nunca, de funcionar como sistema de exclusão, como atestam aqueles que ousaram opor-se a ela.

Com Platão opera-se uma separação entre a verdade e o desejo e o poder de modo que aquela passa a não mais corresponder a estes. A verdade existe no mundo das ideias, imutável. Neste mundo, mundo das coisas, o que há é a corrupção das ideias; aqui a verdade não está em jogo, somente o desejo e o poder estão. Assim, a verdade jamais poderia reconhecer que é guiada por uma vontade, buscando mascarar-se como fecunda, e universal: não como sistema de exclusão.

A vontade de verdade, que faz girar, em torno de si, os demais discursos, funciona como procedimento de exclusão. E isto porque, se em todas as sociedades há um regime de verdade, no Ocidente este toma proporções imensas. Por regime de verdade devemos entender os discursos que funcionam como verdade, regras de enunciação da verdade, técnicas de obtenção da verdade, definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade; portanto ligação circular entre verdade e poder: poder que produz verdade e a sustenta, verdade que produz efeitos de poder. (cf. FOUCAULT, 2007, pgs. 1-14).

Esta concepção permite a M. Foucault conceituar a verdade de um ponto de vista estritamente discursivo, toma esta como um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 13), ou como um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 14).

Um *regime de verdade* ou, o que interpretamos como o mesmo, uma *economia política da verdade* indica as maneiras, os procedimentos de troca, de mudança, de atribuição, de produção, de incitação, de cessão, de constituição da verdade. Cinco características dessa economia em nossas sociedades: o discurso científico e as instituições que o produzem centralizam a verdade; esta é incitada constantemente pelos campos político e econômico; há um grande consumo e uma grande difusão da verdade; há grandes

aparelhos de produção e difusão da verdade: universidades, exército, escritura, mídia; por último, ela é objeto de debates políticos e confrontos sociais.

O método

Também o método de Foucault a partir da década de 70, a *genealogia*, apóia-se nesta noção de saber enquanto *Erfindung*, ou, antes, na noção de que as coisas, como o saber, foram inventadas. Inspirado em Nietzsche, o método genealógico busca situar as coisas no mundo dos homens, pensá-las em sua própria história, através da análise documental que busque a vida, o corpo daqueles que viveram, e não as letras mortas nos livros (cf. NIETZSCHE, 2007). O genealogista não se contenta com o azul dos sonhos metafísicos, com aquilo que se diz desde sempre dado; a genealogia, diz Nietzsche prefere “o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido” (NIETZSCHE, 2007, p. 13). A genealogia é um método, portanto, que busca saber, na acepção dada pelo filólogo-filósofo, o valor dos valores, o peso próprio, a real importância, a origem e o contexto da origem dos valores; não qualquer saber: deve-se demonstrar documentalmente, para não ficar na mera verborragia bíblica.

Todos estes elementos são resgatados por Foucault em seu famoso texto, *Nietzsche, a genealogia e a história*. Em se tratando de um método de análise histórica, a genealogia funda-se na análise de documentos, conforme o dito, que situa as coisas na história de forma antimetafísica. “A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas significações. Ela se opõe à pesquisa de 'origem'” (FOUCAULT, 2007, p. 16).

Novamente a questão da origem. Em alemão há três palavras que são traduzidas como origem, apesar de seus significados serem distintos para Nietzsche. Tratam-se de *Ursprung*, *Entstehung* e *Herkunft*. Já sabemos que o conhecimento não tem *Ursprung* que é origem no sentido de *essência metafísica*; situar o conhecimento no mundo é entendê-lo como uma *invenção*, *Erfindung*. A genealogia opõe-se à pesquisa da *Ursprung*, pois que

este tipo de pesquisa deste tipo busca o fundamento originário das coisas, anteriores ou mesmo fora da história.

Lendo Nietzsche e buscando definir para si um método, Foucault interpreta que o genealogista não deve buscar a *Ursprung* das coisas, porque nada tem essência – o que é indicado por este nome foi construído pouco a pouco, por acidentes externos as coisas; é que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 2007, p. 18). Não existe uma verdade tal qual querem os platônicos — não existe nenhum *eidos*. O genealogista compreende que “a história com suas intensidades, seus desfalecimentos, suas grandes agitações febris, com suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem” (FOUCAULT, 2007c, p. 20), é preciso ser metafísico para empreender uma pesquisa de *Ursprung*.

O conhecimento, sendo invenção, um dia não existia e no outro existia. Ou seja, o conhecimento tem uma origem, mas esta é mais bem indicada por dois outros vocábulos alemães *Herkunft* e *Entstehung*. Eles também significam mais *fidedignamente* o objeto próprio da genealogia.

A melhor tradução para *Herkunft* é “*proveniência*”, pertencimento a um grupo, povo, clã ou tradição. Trata-se de fazer aparecer o acontecimento que permitiu a formação de um conceito ou caráter; portanto, em dissociando o que hoje se dá, pesquisar o que se perdeu. Sem nenhum traço evolucionista, a *Herkunft* quer “descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 2007, p. 21). Pesquisa de herança, das falhas, da heterogeneidade, da instabilidade, que dissocia o que é dado como uno. Como é em um corpo que as marcas se inscrevem, que os acontecimentos se fazem sentir, é justamente na articulação entre corpo e história que a *Herkunft* se situará.

Quanto à *Entstehung*, a melhor tradução seria “*emergência*”: análise do ponto e da lei de surgimento de algo. “A genealogia reestabelece os diversos sistemas de submissão:

não a potência antecipada de um sentido, mas o jogo casual das dominações (...) [e é por isso que] a emergência se produz sempre em um determinado estado das forças” (FOUCAULT, 2007, p. 23). Portanto, a análise da *Entstehung* deve mostrar o combate entre as forças ou o meio pelos quais elas buscam se perpetuar quando já decadentes. A *Entstehung* se dá na distância entre as forças em combate, pois não existe emergência que não se dê no âmbito da luta entre dominadores e dominados. Se a dominação é histórica, alterando-se na história, ela sempre “impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas” (FOUCAULT, 2007, p. 25); a dominação estabelece regras, que são a violência da guerra na qual tudo está imerso; é por meio de regras que se violenta aqueles que violentam, e serão os mais astutos aqueles que souberem usar as regras contra quem as inventou; neste sentido, a interpretação das regras liga-se ao devir da humanidade: ele próprio nada mais é senão uma série de interpretações. A genealogia deve fazer aparecer as sucessivas interpretações que vincaram as coisas; deve mostrar os *sentidos* que se fizeram pesar sobre os diversos *procedimentos*, sobre os diversos corpos, sobre as coisas todas do mundo, pois qualquer coisa pode ser tomada objeto da genealogia: tudo tem uma história, que lhe é idiossincrática.

A genealogia é método histórico antimetafísico que visa mostrar a proveniência e a emergência das coisas, através da dissociação das unidades naturalizadas. Contrastar as diferenças, mostrar as forças em jogo em cada menor coisa, expulsar os interesses de suas tocas, eis o que faz o genealogista. Quebrando as unidades, Foucault também quebra o *telos*, as finalidades, terminando por opor o homem, os homens, entre si, ou seja, vincando as diferenças, salienta-se a historicidade das coisas – de todas as coisas, até mesmo daquelas que se mostram as mais naturalizadas.

A genealogia acrescenta elementos às análises arqueológicas, em articulando saber (discursivo) com o político, tornando o saber resultado-objeto das guerras sociais, que envolvem a tudo e a todos. Assim, ainda que se trate de um mesmo projeto, de análise histórico-epistêmica do saber, a genealogia inova ao mostrar como o saber responde à urgências históricas, à interesses determinados; a genealogia mostra como as relações de

poder engendram saber, discurso, massa documental, seja em decorrência de seu próprio exercício, seja como condição de sua existência.

A genealogia mata, por inanição, todo e qualquer platonismo.

Em suma, a genealogia é um método de análise histórica de um conceito, de um corpo ou de um caráter, que busca mostrar a proveniência e a emergência destes no âmbito da luta entre dominadores e dominados, articulando a constituição de formas de saber com o exercício do poder. *Vigiar e Punir*, por exemplo, é a análise da proveniência da disciplina e da emergência de suas formas contemporâneas em escolas, prisões, asilos, exército, etc., que levou a constituição de uma série de ciências conhecidas como *Humanidades*. Como a genealogia sempre supõe a luta entre dominadores e dominados, cumpre dissolver as unidades (esculpidas pacientemente pelos dominadores) para mostrar a baixeza (“o que há de humano”) da proveniência e da emergência – aquilo que foi intencionalmente apagado seja do campo do poder seja do saber.

Epistemologia política

Por meio de um conceito de saber ou conhecimento, Foucault constitui todo o instrumental teórico necessário à epistemologia política. Nós mostramos como, para ele, o saber mantém uma série de obscuros tratos e analogias com as relações de poder. Podemos dizer, em suma, em fazendo uma leitura foucaultiana de Nietzsche, que ele — o saber — funda uma relação de poder ao buscar dominar o objeto ao lhe atribuir um sentido (DELEUZE, 1974).

Deste conceito politizado de saber, Foucault extrai uma ordem do discurso. Afinal, como saber é uma arma, filho da astúcia bélica dos instintos, ora, sua produção e circulação não poderiam, de forma alguma, ser isentas do interesse dos homens em luta.

Do mesmo modo em relação à verdade. Contra o ranço de idealista que repousa nos fundamentos de nossa cultura, Foucault mostra como a verdade é uma regra, um

conjunto muito bem articulado de regras que exclui e inclui discursos e saberes, distinguíveis por meio de uma série de artifícios. Um conjunto que responde a uma série de interesses. Não: a verdade não é a essência que repousa no núcleo das coisas; ela não é a realidade mesma.

Se o método de Foucault não depende, exatamente, de seu conceito de saber, ambos têm a mesma *Herkunft*, a mesma *proveniência*: afinal, é a oposição à *Ursprung* que as fundamenta. Afinal, na raiz do método e do conceito reside a noção de que os homens inventam as coisas; de que elas são acontecimento, com um lugar e um tempo: racionalidade. Que as coisas têm uma racionalidade de surgimento que obedece somente ao acaso da invenção e da fineza calculista da batalha.

Ao articular saber, ordem do discurso, regime de verdade e a genealogia, Michel Foucault fundou um método que causa um sentimento de vertigem (BRUNI, 1989). Afinal, onde fundamentar um argumento ou um valor se tudo que o ser nos comunica é o vazio da luta que envolve a tudo e a todos? Eis o dilema que Foucault nos legou.

Bibliografia

- ARISTÓTELES, *Metafísica* in *Aristóteles*, Os Pensadores, SP-SP, Abril Cultural, 1979
- BRUNI, José C.; *Foucault: o silêncio dos sujeitos*, Tempo Social, SP-SP, n ° 1, v. 1º., 1º. sem. 1989, p. 199-207
- DELEUZE, Gilles; *Nietzsche et la philosophie*, PUF, Paris-France, 1974
- FOUCAULT, M; *A ordem do Discurso*, SP-SP, Loyola, 2005, 12 ed.
- _____ ; *A verdade e as formas jurídicas*, RJ-RJ, NAU, 2009, 3ª ed.
- _____ ; *Microfísica do poder*, RJ-RJ, Graal, 2007, 24ª ed.
- LUIZ, Felipe; *A relação entre verdade e política em Foucault*, Filogênese, Marília-SP, vol 1, n ° 1, 2008
- NIETZSCHE, Friedrich; *Genealogia da moral: uma polêmica*, SP-SP, Companhia das Letras, 2007